



BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **2017**

PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Fator S.A. e empresas Controladas, acompanhadas das notas explicativas e do parecer de auditores independentes, relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2017 e de 2016. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, o Banco Fator S.A. declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Grande parte do resultado consolidado foi pressionado por despesas não recorrentes, advindas de investimentos em tecnologia, contratação de consultoria estratégica e outras despesas de naturezas tributárias e trabalhistas. O Fator apresentou um prejuízo de R\$ 36,7 milhões no exercício de 2017.

Com a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da Receita Federal, o Banco Fator e suas Controladas liquidaram, com desconto, antigos processos tributários que somavam cerca de R\$ 30 milhões, representando uma economia da ordem de R\$ 24 milhões.

Ao longo do exercício, o Banco manteve uma política conservadora em seus negócios, privilegiando a liquidez, o que lhe permitiu acumular recursos em caixa suficientes para efetuar pagamentos da ordem de R\$ 163 milhões em DPGE. Nessa linha, foram tomadas medidas gerenciais e de governança, de caráter prudencial, o que por vezes significou “sacrificar” a rentabilidade em prol da liquidez e segurança da instituição.

O Banco passou por forte processo de desalavancagem e significativa queda na exposição ao risco de crédito. O Índice de Capital Regulatório, conhecido como “Índice de Basileia” (cujo mínimo exigido é de 9,25%) permaneceu confortável em 21,14%.

Destacamos, ainda, a nomeação de Gabriel Galípulo como Diretor-Presidente, ocorrida no final de 2017, e o início dos trabalhos para o reposicionamento estratégico do Fator, que continuarão sendo implementados ao longo do ano de 2018.

Como prova de sua confiança na resiliência e capacidade de renovação da Instituição, destacamos o evento subsequente do aporte de capital de R\$ 40 milhões, realizado em fevereiro de 2018 pelo acionista controlador, incentivo este imprimirá maior robustez à instituição.

Somos uma instituição com 50 anos de experiência no mercado de capitais. Com a atuação responsável de uma equipe de profissionais experientes, soubemos superar as situações de crise. Neste momento, estamos implementando as novas diretrizes derivadas do reposicionamento estratégico para retomar o período de bons resultados, o que certamente ocorrerá consoante à retomada do crescimento econômico brasileiro.

Agradecemos a confiança de clientes, acionistas, colaboradores e parceiros.

São Paulo, 27 de março de 2018

A Diretoria

RATINGS

Banco Fator — **BB(bra)**
Fitch Ratings

FAR - Fator Administração de Recursos — **Proficiente**
Fitch Ratings

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Notas	Banco		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		183.418	405.627	824.840	1.035.833
Disponibilidades	3b e 4	377	457	1.467	2.928
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b, 3c, 4 e 5	52.514	175.027	52.514	175.027
Aplicações no Mercado Aberto		52.514	175.027	52.514	175.027
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3d, 3e e 6	69.185	142.169	402.774	464.004
Carteira Própria		55.667	80.974	108.005	147.376
Vinculados a Compromissos de Recompra		9.136	30.228	9.136	30.228
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.088	-	1.088	-
Vinculados à Prestação de Garantias		3.294	23.615	284.545	279.048
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		-	7.352	-	7.352
Relações Interfinanceiras		138	108	138	108
Depósitos no Banco Central		138	108	138	108
Operações de Crédito	3f e 7	50.955	67.380	50.955	67.380
Setor Privado		57.032	94.682	57.032	94.682
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7c e 7e	(6.077)	(27.302)	(6.077)	(27.302)
Outros Créditos	8	9.985	20.191	227.616	250.106
Rendas a Receber		1.616	10.921	2.910	7.207
Negociação e Intermediação de Valores	3g	424	507	5.258	3.291
Prêmios de Seguros a Receber	3i	-	-	79.077	67.506
Diversos		7.945	8.763	142.114	175.279
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7e	-	-	(1.743)	(3.177)
Outros Valores e Bens	3h	264	295	89.376	76.280
Despesas Antecipadas		264	295	6.795	5.332
Operações de Seguros e Resseguros	10	-	-	82.581	70.948
Realizável a Longo Prazo		296.045	324.142	415.236	460.435
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3d, 3e e 6	224.133	239.533	231.390	254.279
Carteira Própria		203.339	188.627	210.596	203.373
Vinculados a Compromissos de Recompra		492	6.923	492	6.923
Vinculados à Prestação de Garantias		20.302	17.662	20.302	17.662
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		-	26.321	-	26.321
Operações de Crédito	3f e 7	31.750	44.660	31.750	44.660
Setor Privado		32.731	46.845	32.731	46.845
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7c e 7e	(981)	(2.185)	(981)	(2.185)
Outros Créditos	8	35.510	39.760	83.837	102.124
Negociação e Intermediação de Valores	3g	-	-	9	132
Prêmios de Seguros a Receber	3i	-	-	7.534	14.215
Diversos		38.789	39.760	79.573	87.777
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7e	(3.279)	-	(3.279)	-
Outros Valores e Bens	3h	4.652	189	68.259	59.372
Bens não de Uso Próprio - Imóveis		6.317	-	6.317	-
(Provisões para Desvalorizações)		(1.755)	-	(1.755)	-
Despesas Antecipadas		90	189	90	235
Operações de Seguros e Resseguros	10	-	-	63.607	59.137
Permanente		210.533	247.487	11.252	12.367
Investimentos	3j	201.777	238.292	243	273
Participações em Coligadas e Controladas - No País	11	201.777	238.292	-	-
Outros Investimentos		-	-	243	273
Imobilizado de Uso	3k	2.334	2.679	4.343	5.370
Outras Imobilizações de Uso		7.720	7.493	19.021	19.223
(Depreciações Acumuladas)		(5.386)	(4.814)	(14.678)	(13.853)
Intangível	3l	6.422	6.516	6.666	6.724
Ativos Intangíveis		11.029	9.219	11.737	9.868
(Amortização Acumulada)		(4.607)	(2.703)	(5.071)	(3.144)
Total do Ativo		689.996	977.256	1.251.328	1.508.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais)

Passivo	Notas	Banco		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		210.688	493.497	658.970	923.672
Depósitos	3o, 12 e 20a	166.137	379.649	163.696	378.317
Depósitos à Vista		6.682	7.838	5.714	7.008
Depósitos Interfinanceiros		–	15.082	–	15.082
Depósitos a Prazo		159.455	356.729	157.982	356.227
Captações no Mercado Aberto	3o e 13	20.363	70.659	9.319	68.848
Carteira Própria		20.363	37.060	9.319	35.249
Carteira Livre Movimentação		–	33.599	–	33.599
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14	14.237	36.028	14.237	36.028
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		14.237	36.028	14.237	36.028
Instrumentos Financeiros Derivativos	3e e 6c	600	–	600	–
Instrumentos Financeiros Derivativos		600	–	600	–
Outras Obrigações	15	9.351	7.161	471.118	440.479
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1	5	1	6
Fiscais e Previdenciárias	3p	1.921	3.220	8.430	7.843
Negociação e Intermediação de Valores	3g	83	111	35.987	24.413
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	3q e 16	–	–	276.131	278.653
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		–	–	135.050	117.881
Diversas		7.346	3.825	15.519	11.683
Exigível a Longo Prazo		200.131	144.294	313.181	245.498
Depósitos	3o, 12 e 20a	199.836	144.044	199.836	144.044
Depósitos a Prazo		199.836	144.044	199.836	144.044
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14	66	–	66	–
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		66	–	66	–
Outras Obrigações	15	229	250	113.279	101.454
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	3q e 16	–	–	98.219	81.596
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		–	–	5.354	10.684
Diversas		229	250	9.706	9.174
Resultados de Exercícios Futuros		2	8	2	8
Resultados de Exercícios Futuros		2	8	2	8
Patrimônio Líquido	18	279.175	339.457	279.175	339.457
Capital - De Domiciliados no País		250.011	250.011	250.011	250.011
Reservas de Lucros		29.917	90.111	29.917	90.111
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(753)	(665)	(753)	(665)
Total do Passivo		689.996	977.256	1.251.328	1.508.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Banco			Consolidado	
		01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receitas da Intermediação Financeira		30.913	78.826	132.388	115.253	178.963
Operações de Crédito	3f	2.535	9.089	9.114	9.089	9.114
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3d	27.434	64.156	106.054	100.494	152.311
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3e	944	5.581	17.220	5.670	17.538
Despesas da Intermediação Financeira		(15.838)	(52.454)	(105.069)	(50.127)	(105.622)
Operações de Captação no Mercado	3o	(25.356)	(64.342)	(95.242)	(63.165)	(94.129)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3f e 7e	9.518	11.888	(9.827)	13.038	(11.493)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		15.075	26.372	27.319	65.126	73.341
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(31.088)	(54.834)	(30.742)	(88.648)	(71.130)
Receitas de Prestação de Serviços	19a	11.308	22.243	18.041	38.336	37.469
Prêmios de Seguros	19b	-	-	-	157.891	153.969
Sinistros Ocorridos		-	-	-	(66.252)	(147.687)
Custos de Aquisição de Seguros		-	-	-	(19.192)	(16.165)
Resultado de Operações com Resseguros		-	-	-	(41.646)	40.924
Despesas de Pessoal		(13.497)	(30.562)	(28.456)	(81.254)	(77.121)
Outras Despesas Administrativas	19c	(13.371)	(23.231)	(16.013)	(48.978)	(43.128)
Despesas Tributárias	17d	(1.512)	(3.991)	(3.895)	(15.909)	(11.471)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(12.621)	(18.784)	(2.208)	-	-
Outras Receitas Operacionais	19d	746	2.012	2.232	9.318	10.510
Outras Despesas Operacionais	19e	(2.141)	(2.521)	(443)	(20.962)	(18.430)
Resultado Operacional		(16.013)	(28.462)	(3.423)	(23.522)	2.211
Resultado não Operacional		-	1	(20)	(24)	(240)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(16.013)	(28.461)	(3.443)	(23.546)	1.971
Imposto de Renda e Contribuição Social	3p e 9	(3.505)	(8.233)	4.612	(13.148)	(802)
Provisão para Imposto de Renda		-	(208)	(336)	(1.719)	(2.872)
Provisão para Contribuição Social		-	(130)	(295)	(1.400)	(2.105)
Ativo Fiscal Diferido		(3.505)	(7.895)	5.243	(10.029)	4.175
Lucro Líquido (Prejuízo)		(19.518)	(36.694)	1.169	(36.694)	1.169
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$		(3,78)	(7,11)	0,23	(7,11)	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 18)

(Em Milhares de Reais)

	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	250.011	18.428	75.814	(1.231)	-	343.022
Varição do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	566	-	566
Dividendos	-	-	(5.300)	-	-	(5.300)
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.169	1.169
Destinação do Resultado:						
Reservas de Lucros	-	58	1.111	-	(1.169)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	250.011	18.486	71.625	(665)	-	339.457
Mutações do Período	-	58	(4.189)	566	-	(3.565)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	250.011	18.486	71.625	(665)	-	339.457
Varição do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	(88)	-	(88)
Dividendos	-	-	(23.500)	-	-	(23.500)
Prejuízo	-	-	-	-	(36.694)	(36.694)
Destinação do Resultado:						
Reservas de Lucros	-	-	(36.694)	-	36.694	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	250.011	18.486	11.431	(753)	-	279.175
Mutações do Período	-	-	(60.194)	(88)	-	(60.282)
Saldos em 30 de junho de 2017	250.011	18.486	54.449	(137)	-	322.809
Varição do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	(616)	-	(616)
Dividendos	-	-	(23.500)	-	-	(23.500)
Prejuízo	-	-	-	-	(19.518)	(19.518)
Destinação do Resultado:						
Reservas de Lucros	-	-	(19.518)	-	19.518	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	250.011	18.486	11.431	(753)	-	279.175
Mutações do Período	-	-	(43.018)	(616)	-	(43.634)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Banco			Consolidado	
		01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado		(11.259)	(18.780)	10.652	(35.055)	14.204
Lucro Líquido (Prejuízo)		(19.518)	(36.694)	1.169	(36.694)	1.169
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo):		8.259	17.914	9.483	1.639	13.035
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7e	(9.518)	(11.888)	9.827	(13.038)	11.493
Provisão/Reversão para Passivos Contingentes		2	(21)	82	612	1.626
Depreciações e Amortizações		1.649	3.145	2.610	4.007	3.886
Tributos Diferidos	9a	3.505	7.895	(5.243)	10.029	(4.175)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	12.621	18.784	2.208	-	-
Resultado na Alienação de Imobilizado		-	(1)	(1)	29	(15)
Outros		-	-	-	-	220
Variação de Ativos e Passivos		(219.948)	(101.158)	144.721	(62.498)	171.475
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		28.600	87.677	336.687	84.031	294.084
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)		(9)	(30)	101	(30)	101
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		3.319	44.502	50.218	44.502	50.218
(Aumento) Redução em Outros Créditos		5.693	(1.918)	(2.993)	28.619	94.128
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens		2.121	(4.432)	(243)	(21.983)	(18.303)
(Redução) Aumento em Depósitos		(214.106)	(157.720)	(91.758)	(158.829)	(87.152)
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		(38.439)	(50.296)	(107.344)	(59.529)	(109.155)
(Redução) Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(8.394)	(21.725)	(31.320)	(21.725)	(31.320)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos		137	600	(1.477)	600	(1.477)
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		1.133	2.190	(6.831)	41.852	(19.330)
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros		(3)	(6)	(319)	(6)	(319)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais		(231.207)	(119.938)	155.373	(97.553)	185.679
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	11	22.000	34.550	35.100	-	-
Aquisição de Investimentos		-	-	-	-	(41)
Alienação de Investimentos		-	-	-	30	173
Aumento de Capital/Absorção de Prejuízo em Controladas	11	-	(11.000)	(7.000)	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(123)	(412)	(451)	(595)	(1.338)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	-	-	11	-
Aquisição de Intangível		(683)	(2.293)	(3.096)	(2.367)	(3.304)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento		21.194	20.845	24.553	(2.921)	(4.510)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18b	(23.500)	(23.500)	(5.300)	(23.500)	(5.300)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(23.500)	(23.500)	(5.300)	(23.500)	(5.300)
Aumento/(Redução) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	3b e 4	(233.513)	(122.593)	174.626	(123.974)	175.869
Início do Período		286.404	175.484	858	177.955	2.086
Final do Período		<u>52.891</u>	<u>52.891</u>	<u>175.484</u>	<u>53.981</u>	<u>177.955</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Fator S.A. (Banco) está organizado sob a forma de banco múltiplo e desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimento.

As operações são conduzidas integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm coparticipação ou intermediação de instituições associadas ao Conglomerado Fator.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), em consonância, quando aplicável, com os normativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco e das Controladas:

Empresa	Atividade	31/12/2017	31/12/2016
		Participação (%)	
Fator S.A. Corretora de Valores	Instituição Financeira	100,00	100,00
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	Instituição não Financeira	99,99	99,99
Fator Seguradora S.A.	Seguradora	100,00	100,00

As demonstrações financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2017 e de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 22 de março de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Critérios de Consolidação

No processo de consolidação, os saldos de transações entre as empresas foram eliminados.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pelas empresas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração:

Títulos para Negociação: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários;

Títulos Mantidos até o Vencimento: São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, operações de futuros e operações de "swap" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Operações com Opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados a valor de mercado no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;

Operações de Futuros: O valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

Operações de "Swap": O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

Instrumentos Financeiros Derivativos não considerados como "hedge": Em conta de receita ou despesa, no resultado.

Instrumentos Financeiros Derivativos considerados como "hedge": São classificados como "hedge" de risco de mercado ou "hedge" de fluxo de caixa.

Os "hedges" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

f) Operações de Crédito e Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, conforme demonstrado na Nota 7.

g) Negociação e Intermediação de Valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. As taxas, emolumentos e corretagens são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Outros Valores e Bens

Compostos por Bens não Destinados a Uso recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado, quando aplicável, através da constituição de provisão; e, Despesas Antecipadas correspondentes às aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

i) Prêmios de Seguros e Resultado de Comercialização

Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão.

As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular nº 517/15 da SUSEP. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial.

j) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

k) Imobilizado de Uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

l) Intangível

É constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, amortizados pelo prazo de licença dos softwares.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - "Impairment"

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por "Impairment", quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do CMN.

Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por "impairment".

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos Contingentes: Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos Contingentes: São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos e Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão e divulgação;

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

o) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

p) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a CSLL pela alíquota de 20%.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa. Os créditos tributários constituídos são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme descrito na Nota 9.

q) Provisões Técnicas

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pro rata" dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos é calculada, para os seguros de danos e seguros de pessoas, de acordo com metodologia específica descrita em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e estão em processo de emissão.

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro, determinada com base nos avisos recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente, quando aplicável.

A Seguradora constitui provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados, através de metodologia descrita em nota técnica atuarial.

A provisão para despesas relacionadas é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro, determinada com base nas despesas de sinistros já conhecidas até a data do balanço e em nota técnica atuarial com objetivo de estimar o valor relacionado a demais parcelas esperadas.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada com base na Circular nº 517/15 da SUSEP, exceto para o ramo de garantia, o qual a partir de 2011, passou a ser calculada com base em nota técnica atuarial de forma consistente com base na experiência histórica de ocorrência de sinistros nesse ramo.

É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros a débito da rubrica "Outras Despesas Operacionais".

A provisão complementar de cobertura é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação dos Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor.

r) Teste de Adequação dos Passivos

Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular nº 517/15 da SUSEP, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas-base junho e dezembro de cada ano.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. O teste considerou a projeção dos sinistros a ocorrer com base em premissas de sinistralidade realista, das despesas administrativas e outras diretamente relacionadas aos contratos de seguros relativos aos produtos em run-off e projeção relativa aos sinistros ocorridos. Os fluxos de caixas projetados são brutos de resseguros e descontados pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETTJ), referentes ao mês de dezembro de 2017, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis para identificação de possíveis insuficiências.

Não foram identificadas insuficiências para as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2017, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisões suplementares.

s) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do CMN. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

t) Receitas e Despesas

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	377	457	1.467	2.928
Aplicações no Mercado Aberto	52.514	175.027	52.514	175.027
Total	52.891	175.484	53.981	177.955

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2017		31/12/2016
	Até 90 dias	Total Banco/ Consolidado	Total Banco/ Consolidado
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	52.514	52.514	175.027
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.000	1.000	80.013
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	51.514	51.514	95.014
Total	52.514	52.514	175.027

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

	Banco			Total	
	Carteira Própria	Vinculados a Recompra	Vinculados à Prestação de Garantias	31/12/2017	31/12/2016
Títulos para Negociação	22.654	1.025	-	23.679	85.021
Debêntures (b) (e)	11.278	1.025	-	12.303	34.917
Quotas de Fundos de Investimento (c)	968	-	-	968	466
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	-	-	-	-	3.394
Ações (c)	9.692	-	-	9.692	-
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas (c)	716	-	-	716	749
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (d) (g)	-	-	-	-	45.495
Títulos Disponíveis para Venda	154.795	8.603	15.326	178.724	180.670
Debêntures (b) (e)	27.240	-	-	27.240	83.530
Quotas de Fundos de Investimento (c)	-	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário (b) (f) (h) (i)	31.546	-	-	31.546	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	47.182	-	6.962	54.144	30.609
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (b)	9.529	-	4.409	13.938	8.425
Certificados de Recebíveis Imobiliários (b)	437	-	-	437	5.862
Nota Comercial (b)	-	-	-	-	31.827
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (d) (g)	38.861	8.603	3.955	51.419	10.102
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (b)	-	-	-	-	10.315
Títulos Mantidos até o Vencimento	81.557	-	8.270	89.827	116.011
Certificados de Depósito Bancário (b) (f) (h) (i)	81.557	-	8.270	89.827	116.011
Instrumentos Financeiros Derivativos (a)	1.088	-	-	1.088	-
Total	260.094	9.628	23.596	293.318	381.702

	Consolidado			Total	
	Carteira Própria	Vinculados a Recompra	Vinculados à Prestação de Garantias	31/12/2017	31/12/2016
Títulos para Negociação	74.991	1.025	267.112	343.128	406.856
Debêntures (b) (e)	11.278	1.025	-	12.303	34.917
Quotas de Fundos de Investimento (c)	35.785	-	89.790	125.575	148.107
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	-	-	-	-	16.387
Ações (c)	9.692	-	-	9.692	-
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas (c)	716	-	-	716	749
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	2.460	-	167.024	169.484	161.198
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (d) (g)	15.060	-	10.298	25.358	45.498
Títulos Disponíveis para Venda	162.053	8.603	29.465	200.121	180.670
Debêntures (b) (e)	27.240	-	-	27.240	83.530
Quotas de Fundos de Investimento (c)	-	-	14.140	14.140	-
Certificados de Depósito Bancário (b) (f) (h) (i)	38.804	-	-	38.804	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	47.182	-	6.962	54.144	30.609
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (b)	9.529	-	4.408	13.937	8.425
Certificados de Recebíveis Imobiliários (b)	437	-	-	437	5.862
Nota Comercial (b)	-	-	-	-	31.827
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (d) (g)	38.861	8.603	3.955	51.419	10.102
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (b)	-	-	-	-	10.315
Títulos Mantidos até o Vencimento	81.557	-	8.270	89.827	130.757
Certificados de Depósito Bancário (b) (f) (h) (i)	81.557	-	8.270	89.827	130.757
Instrumentos Financeiros Derivativos (a)	1.088	-	-	1,088	-
Total	319.689	9.628	304.847	634.164	718.283

(a) Custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e BM&FBOVESPA (em garantia de operações);

(b) Custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP);

(c) Custodiados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e/ou na Instituição administradora do fundo;

(d) Em 30/06/2016 foi efetuada a transferência de NTN-B da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos para Negociação" no montante de R\$ 43.440, com efeito positivo no resultado de R\$ 776, a referida posição foi realizada em julho/16;

(e) Em 30/06/2017 foi efetuada a transferência de debêntures da categoria "Títulos Disponíveis para Venda" para categoria "Títulos para Negociação" no montante de R\$ 13.772, com efeito positivo no resultado de R\$ 462, a referida posição foi realizada nos meses de julho e agosto/17;

(f) Em 30/06/2017 foi efetuada a transferência de Certificados de Depósito Bancário da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda" no montante de R\$ 15.000;

(g) Em 30/06/2017 foi efetuada a transferência de Notas do Tesouro Nacional - NTN-B da categoria "Títulos para Negociação" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda" no montante de R\$ 8.611;

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

(h) Em 31/12/2017 foi efetuada a transferência de Certificados de Depósito Bancário da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda" no montante de R\$ 28.376, com efeito da marcação a mercado no PL no montante de R\$ 1.356;

(i) Em 31/12/2017 o Certificado de Depósito Bancário no valor de R\$ 91.880 representa 77% do PR da instituição, estando em curso o reenquadramento do limite, informamos ainda que o BACEN está de acordo com as medidas e prazos propostos para a regularização da inconformidade.

b) Classificação da Carteira por Categorias e Prazos

	Banco				Total	
	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	31/12/2017	31/12/2016
Títulos para Negociação	11.376	-	-	12.303	23.679	85.021
Debêntures	-	-	-	12.303	12.303	34.917
Quotas de Fundos de Investimento	968	-	-	-	968	466
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	3.394
Ações	9.692	-	-	-	9.692	-
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas	716	-	-	-	716	749
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	-	45.495
Títulos Disponíveis para Venda	-	44.418	-	134.306	178.724	180.670
Debêntures	-	-	-	27.240	27.240	83.530
Quotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	-	31.546	31.546	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	54.144	54.144	30.609
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	13.938	13.938	8.425
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	18	-	419	437	5.862
Nota Comercial	-	-	-	-	-	31.827
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	44.400	-	7.019	51.419	10.102
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	-	-	-	10.315
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	89.827	89.827	116.011
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	-	89.827	89.827	116.011
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.088	-	-	1.088	-
Total	11.376	45.506	-	236.436	293.318	381.702
	Consolidado					
	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	
					31/12/2017	31/12/2016
Títulos para Negociação	11.376	124.774	3.249	203.729	343.128	406.856
Debêntures	-	-	-	12.303	12.303	34.917
Quotas de Fundos de Investimento	968	124.607	-	-	125.575	148.107
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	16.387
Ações	9.692	-	-	-	9.692	-
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas	716	-	-	-	716	749
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	167	3.249	166.068	169.484	161.198
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	25.358	25.358	45.498
Títulos Disponíveis para Venda	14.140	44.418	-	141.563	200.121	180.670
Debêntures	-	-	-	27.240	27.240	83.530
Quotas de Fundos de Investimento	14.140	-	-	-	14.140	-
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	-	38.804	38.804	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	54.144	54.144	30.609
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	13.937	13.937	8.425
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	18	-	419	437	5.862
Nota Comercial	-	-	-	-	-	31.827
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	44.400	-	7.019	51.419	10.102
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	-	-	-	10.315
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	89.827	89.827	130.757
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	-	89.827	89.827	130.757
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.088	-	-	1.088	-
Total	25.516	170.280	3.249	435.119	634.164	718.283

(a) Vencimento em 18/12/2020.

O Banco adota metodologia de mensuração desenvolvida internamente, para operações que não possuem cotação, com base em informações e premissas de mercado.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias ou de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos consideram a avaliação prévia de vários aspectos com relação aos produtos, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

A estratégia de "hedge" é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, conforme seus respectivos indexadores.

Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de "hedge" são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o Banco não possui estrutura de "hedge" contábil de risco de mercado ou fluxo de caixa.

	Banco/Consolidado				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
				31/12/2017	31/12/2016
Contratos de Futuros	9.308	25.251	136.042	170.601	292.516
Compromissos de Compra	7.654	25.251	98.000	130.905	200.130
Futuro DI	6.000	25.251	98.000	129.251	198.500
Futuro Dólar	1.654	-	-	1.654	1.630
Compromissos de Venda	1.654	-	38.042	39.696	92.386
Futuro DI	-	-	-	-	43.500
Futuro DDI	1.654	-	38.042	39.696	48.886
Contratos de Opções	3.547.675	-	-	3.547.675	59.500
Compromissos de Compra	1.811.300	-	-	1.811.300	37.000
Opção Índice	1.736.300	-	-	1.736.300	-
Opção Dólar	75.000	-	-	75.000	37.000
Compromissos de Venda	1.736.375	-	-	1.736.375	22.500
Opção Índice	1.735.600	-	-	1.735.600	-
Opção Dólar	-	-	-	-	22.500
Opção Ações	775	-	-	775	-
Total	3.556.983	25.251	136.042	3.718.276	352.016

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira de Crédito por Tipo de Operação

	Banco/Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Empréstimos	30.089	33,52	91.852	64,90
Cheque Especial e Conta Garantida	19.730	21,98	4.542	3,21
Financiamentos à Exportação	39.944	44,50	45.133	31,89
Total	89.763	100,00	141.527	100,00

b) Operações de Crédito por Setor de Atividade e Prazos

	Banco/Consolidado					
	Vencidas			A vencer		
	A partir 15 dias	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
				31/12/2017	31/12/2016	
Empréstimos e Títulos Descontados	12.994	14.077	29.961	32.731	89.763	141.527
Sector Privado:						
Indústria	-	2.925	4.321	32.699	39.945	45.133
Comércio	12.725	-	-	-	12.725	12.725
Outros Serviços	-	4.656	25.590	-	30.246	78.682
Pessoas Físicas	269	6.496	50	32	6.847	4.987
Total	12.994	14.077	29.961	32.731	89.763	141.527
Curto Prazo					57.032	94.682
Longo Prazo					32.731	46.845

c) Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível	Banco/Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída
A	103	-	1	191	-	1
B	21.561	-	216	20.647	-	206
C	55.105	-	2.755	68.136	-	2.947
E	12.725	12.725	3.817	30.279	12.725	9.084
G	-	-	-	21.984	15.702	16.959
H	269	269	269	290	290	290
Total	89.763	12.994	7.058	141.527	28.717	29.487

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, levando-se em consideração o risco das operações, amparada por informações internas e externas.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

d) Operações de Crédito por Concentração de Risco

	Banco/Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
10 Maiores Clientes	89.746	99,98	141.045	99,66
Demais Clientes	17	0,02	482	0,34
Total	89.763	100,00	141.527	100,00

e) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	29.487	19.660	32.664	21.350
Provisão	3.579	13.188	3.579	14.957
Reversão de Provisão (a)	(15.467)	(3.361)	(16.617)	(3.464)
"Write-Off"	(7.262)	-	(7.546)	(179)
Saldo Final	10.337	29.487	12.080	32.664

(a) Em 30/11/2017, foram alienadas Operações de Crédito no montante de R\$ 17.426, ocasionando uma Reversão de Provisão para Operações de Crédito no valor de R\$ 9.663.

8. OUTROS CRÉDITOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber	1.616	10.921	2.910	7.207
Comissões por Coobrigação a Receber	21	-	21	-
Dividendos e Bonificações a Receber (Nota 11)	-	5.200	-	-
Outras Rendas a Receber	1.595	5.721	2.889	7.207
Negociação e Intermediação de Valores	424	507	5.267	3.423
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	1.619	863
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	341	500	3.556	422
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	83	7	83	1.386
Operações de Intermediação de "Swap"	-	-	9	752
Prêmios de Seguros a Receber	-	-	86.611	81.721
Diversos	46.734	48.523	221.687	263.056
Adiantamentos e Antecipações Salariais	61	176	2.313	849
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições (Nota 9b)	27.521	35.416	32.307	42.562
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	4.672	4.380	17.594	20.700
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	4.711	4.975	37.542	47.976
Títulos e Créditos a Receber	6.557	-	8.858	13.517
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20a)	2.049	3.086	168	295
Sinistros de Resseguros	-	-	69.673	90.843
Consórcio DPVAT - Seguradora Líder	-	-	50.218	38.872
Devedores Diversos - País	1.163	490	3.014	7.442
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3.279)	-	(5.022)	(3.177)
Total	45.495	59.951	311.453	352.230
Curto Prazo	9.985	20.191	227.616	250.106
Longo Prazo	35.510	39.760	83.837	102.124

(a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais relativos ao ISS incidente sobre corretagens de operações na BM&F, multas aplicadas pela SRF por não entrega de informações sobre a CPMF no prazo, IRPJ e CSLL sobre diferença IPC90, discussão de prazo prescricional na compensação de PIS e COFINS, as ações dos referidos depósitos estão sendo questionadas judicialmente, na Corretora.

(b) Referem-se basicamente aos processos 16327.903.132/2015-37 e 16327.903.137/2015-60, de 10/09/2015, onde a Seguradora obteve direito de restituir impostos recolhidos a maior no exercício de 2010, sobre o lucro resultante do processo de vendas de ações da BM&FBOVESPA. Em 22/02/2016, a Secretaria da Receita Federal, creditou parte do valor, R\$ 32.213, referente CSLL, em conta-corrente bancária em nome da Seguradora. Em 31/12/2017, o saldo remanescente, no valor de R\$ 26.209, referente a crédito de IRPJ, será compensado dentro do prazo prescricional.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ/CSLL
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(28.461)	(28.461)	(3.443)	(23.546)	(23.546)	1.971
Adições Temporárias	15.301	15.301	29.682	40.553	40.553	45.688
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	6.592	6.592	8.284	7.761	7.761	8.713
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.508	8.508	12.145	24.025	24.025	21.056
Outras Adições Temporárias	201	201	9.253	8.767	8.767	15.919
Adições Permanentes	39.346	39.245	39.898	8.501	7.237	7.858
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	34.720	34.720	32.627	-	-	-
Outras Adições Permanentes	4.626	4.525	7.271	8.501	7.237	7.858
Exclusões Temporárias	(37.739)	(37.739)	(45.197)	(61.078)	(61.078)	(59.527)
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	(6.648)	(6.648)	(8.631)	(8.697)	(8.697)	(9.182)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.021)	(26.021)	(17.925)	(43.359)	(43.359)	(25.169)
Outras Exclusões Temporárias	(5.070)	(5.070)	(18.641)	(9.022)	(9.022)	(25.176)
Exclusões Permanentes	(6.793)	(6.793)	(18.833)	(316)	(316)	(4.705)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(6.587)	(6.587)	(15.319)	-	-	-
Outras Exclusões Permanentes	(206)	(206)	(3.514)	(316)	(316)	(4.705)
Base de Cálculo antes da Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(18.346)	(18.447)	2.107	(35.886)	(37.150)	(8.715)
(-) Compensação 30% - Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	(632)	(2.699)	(2.699)	(5.124)
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.346)	(18.447)	1.475	(38.585)	(39.849)	(13.839)
Provisão Corrente para IRPJ e CSLL	-	-	(631)	(1.489)	(1.259)	(5.264)
Ajuste IRPJ e CSLL de Períodos Anteriores	(208)	(130)	-	(230)	(141)	287
Constituição (Reversão) de Créditos Tributários	(4.385)	(3.510)	5.243	(5.570)	(4.459)	4.175
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.593)	(3.640)	4.612	(7.289)	(5.859)	(802)

b) Demonstração dos Créditos Tributários

	Banco			Consolidado		
	31/12/2016	Constituição	Realização/Reversão	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	22.156	-	-	22.156	24.854	26.296
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.260	2.656	(10.551)	5.365	6.036	14.638
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	(277)	92
Provisão para Contingências	-	-	-	-	44	38
Provisão de Despesas	-	-	-	-	1.650	1.498
Total	35.416	2.656	(10.551)	27.521	32.307	42.562

Em 31/12/2017, existiam créditos tributários não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 9.039 (R\$ 16.170 em 31/12/2016) para o Banco e R\$ 41.580 (R\$ 50.563 em 31/12/2016) para o Consolidado. Os benefícios do IRPJ e CSLL serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores (Nota 17d).

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Período	Banco	Consolidado
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
2018	116	2.882
2019	46	1.094
2020	3.564	4.536
2021	1.970	1.970
2022	2.653	2.653
2022 a 2026	19.172	19.172
Total	27.521	32.307

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias. O valor presente dos créditos tributários em 31/12/2017 é de R\$ 14.671 para o Banco e R\$ 18.917 para o Consolidado, utilizando-se a curva futura de juros, obtida na BM&FBOVESPA, como fator de desconto.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL em montante que justifique a realização de tais valores.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

10. OUTROS VALORES E BENS - OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Ramos	Consolidado			
	Custo de Aquisição Diferido		Prêmio de Resseguro Diferido	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fiança Locatícia	216	140	505	325
Garantia de Obrigações - Públicas	90	148	1.019	1.325
Garantia Judicial	-	4	-	20
Garantia Segurado - Setor Privado	3.026	1.578	11.731	8.764
Garantia Segurado - Setor Público	16.035	15.487	49.987	47.130
Responsabilidade Civil - D&O	1.673	728	9.658	2.967
Responsabilidade Civil Geral	77	219	410	826
Responsabilidade Civil - E&O	994	678	1.936	1.127
Riscos de Engenharia	2.082	2.738	25.967	32.485
Riscos Nomeados e Operacionais	1.991	2.165	17.733	11.231
Riscos Diversos	110	-	948	-
Total	26.294	23.885	119.894	106.200
Curto Prazo	12.451	12.334	70.130	58.614
Longo Prazo	13.843	11.551	49.764	47.586

11. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	Fator S.A. Corretora de Valores	FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	Fator Seguradora S.A.	Total
Patrimônio Líquido				
31/12/2017	11.346	2.692	187.739	201.777
31/12/2016	26.138	9.126	203.029	238.293
Lucro Líquido (Prejuízo)				
01/01 a 31/12/2017	(20.410)	(12.434)	14.060	(18.784)
01/01 a 31/12/2016	(14.597)	(9.600)	21.988	(2.209)
Participação Acionária (%)	100,00%	99,99%	100,00%	
Valor Patrimonial do Investimento				
31/12/2017	11.346	2.692	187.739	201.777
31/12/2016	26.138	9.125	203.029	238.292
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas				
01/01 a 31/12/2017	(20.410)	(12.434)	14.060	(18.784)
01/01 a 31/12/2016	(14.597)	(9.599)	21.988	(2.208)

Em 03/05/2017, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 6.000 (R\$ 7.000 em 20/12/2016) na controlada FAR - Fator Administração de Recursos Ltda..

Em AGE de 31/05/2017, foi deliberada a absorção de parte dos prejuízos acumulados montante de R\$ 5.000 na controlada Fator S.A. Corretora de Valores. Em 2017, foi recebido Dividendos referente a 2016 no valor de R\$ 5.200 e deliberado e recebido Dividendos no valor de R\$ 20.000 (R\$ 20.000 em 2016), da controlada Fator Seguradora S.A..

Em 2017, foi deliberado e recebido Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 9.350 (R\$ 15.100 em 2016), da controlada Fator Seguradora S.A..

12. DEPÓSITOS

	31/12/2017						31/12/2016		
	Sem Vencimento	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Banco	Total Consolidado	Total Banco	Total Consolidado
Depósitos à Vista	6.682	-	-	-	-	6.682	5.714	7.838	7.008
Ligadas	996	-	-	-	-	996	28	961	131
Não Ligadas	5.686	-	-	-	-	5.686	5.686	6.877	6.877
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	-	15.082	15.082
Não Ligadas	-	-	-	-	-	-	-	15.082	15.082
Depósitos a Prazo	-	14.725	81.088	63.642	199.836	359.291	357.818	500.773	500.271
Ligadas	-	-	68	202	4.717	4.987	3.514	992	490
Não Ligadas	-	14.725	45.181	45.437	195.119	300.462	300.462	301.165	301.165
Com Garantia Especial do FGC	-	-	35.839	18.003	-	53.842	53.842	198.616	198.616
Total	6.682	14.725	81.088	63.642	199.836	365.973	363.532	523.693	522.361

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

13. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31/12/2017		31/12/2016		
	1 a 30 dias	Total Banco	Total Consolidado	Total Banco	Total Consolidado
Carteira Própria	20.363	20.363	9.319	37.060	35.249
Debêntures	736	736	736	2.076	2.076
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	2.852	2.852
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	1.811	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	19.627	19.627	8.583	30.321	30.321
Carteira Livre Movimentação	-	-	-	33.599	33.599
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	300	300
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	26.290	26.290
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	7.009	7.009
Total	20.363	20.363	9.319	70.659	68.848

14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	31/12/2017				31/12/2016	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Banco/ Consolidado	Total Banco/ Consolidado
Letras de Crédito Agrícola	-	2.692	1.304	66	4.062	4.878
Não Ligadas	-	2.692	1.304	66	4.062	4.878
Letras de Crédito Imobiliário	6.161	4.080	-	-	10.241	31.150
Não Ligadas	6.161	4.080	-	-	10.241	31.150
Total	6.161	6.772	1.304	66	14.303	36.028

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1	5	1	6
IOF a Recolher	1	5	1	6
Fiscais e Previdenciárias	1.921	3.220	8.430	7.843
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	631	-	631
Impostos e Contribuições a Recolher	1.921	2.589	8.430	7.212
Negociação e Intermediação de Valores	83	111	35.987	24.413
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	281	307
Comissões e Corretagens a Pagar	-	-	23	96
Credores - Conta Liquidações Pendentes	32	89	35.632	23.988
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	51	22	51	22
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	-	-	374.350	360.249
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-	-	140.404	128.565
Diversas	7.575	4.075	25.225	20.857
Cheques Administrativos	2	-	2	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.985	2.642	9.580	8.602
Provisão para Contingências (Nota 17b)	229	250	10.099	9.644
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22)	10	157	10	157
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 20a)	2.510	170	121	-
Credores Diversos - País	1.839	856	5.413	2.454
Total	9.580	7.411	584.397	541.933
Curto Prazo	9.351	7.161	471.118	440.479
Longo Prazo	229	250	113.279	101.454

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E RESSEGUROS

Ramos	Provisão de Prêmios não Ganhos		Provisão de Sinistros a Liquidar		Provisão para Sinistros Ocorridos mas não Avisados		Outras Provisões		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
DPVAT	-	-	11.725	17.573	77.444	69.250	501	671	89.670	87.494
Fiança Locatícia	1.285	793	-	-	78	45	-	-	1.363	838
Garantia de Obrigações - Públicas	1.941	2.508	-	-	-	-	-	-	1.941	2.508
Garantia Judicial	-	29	-	-	-	-	-	-	-	29
Garantia Segurado - Setor Privado	18.995	13.852	2.730	39.591	-	-	2.123	11.455	23.848	64.898
Garantia Segurado - Setor Público	102.996	90.546	9.589	1	12.370	-	7.059	1	132.014	90.548
Responsabilidade Civil - D&O	13.377	5.051	5.900	2.057	1.834	438	5.675	138	26.786	7.684
Responsabilidade Civil Geral	650	1.523	2.880	1.904	203	356	2.716	531	6.449	4.314
Responsabilidade Civil - E&O	4.475	3.028	438	89	1.194	650	697	29	6.804	3.796
Riscos de Engenharia	30.379	38.982	3.656	9.410	804	786	2.815	7.544	37.654	56.722
Riscos Diversos	1.551	-	-	-	-	-	-	-	1.551	-
Riscos Nomeados e Operacionais	24.512	18.482	8.502	16.982	3.987	3.029	9.269	2.925	46.270	41.418
Total	200.161	174.794	45.420	87.607	97.914	74.554	30.855	23.294	374.350	360.249
Curto Prazo									276.131	278.653
Longo Prazo									98.219	81.596

17. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o Banco, a Corretora e a FAR não possuíam ativos contingentes contabilizados.

A Seguradora possui processos judiciais fiscais ativos, já transitados em julgado, reconhecidos contabilmente, cujo valor é de R\$ 2.157 (R\$ 1.923 em 31/12/2016).

b) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis e Obrigações Legais

As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e totalizam R\$ 10.099 (R\$ 9.644 em 31/12/2016) e estão representadas por:

Ações Fiscais: O valor da provisão é de R\$ 56 (R\$ 231 em 31/12/2016) e referem-se a questionamentos que envolvem a Seguradora, sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais;

Ações Cíveis: O valor da provisão é de R\$ 1.378 (R\$ 1.544 em 31/12/2016) e referem-se a prêmios de seguros no valor de R\$ 193 (R\$ 313 em 31/12/2016) e demandas de caráter indenizatório no valor de R\$ 1.185 (R\$ 1.230 em 31/12/2016);

Ações Trabalhistas: O valor da provisão é de R\$ 8.665 (R\$ 7.869 em 31/12/2016) e referem-se a processos que envolvem a Corretora e Seguradora, cujos valores são provisionados levando-se em consideração o histórico de perdas.

Composição e Movimentação das Provisões Consolidadas

	Consolidado				31/12/2016
	31/12/2017				
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldo Inicial	231	1.544	7.869	9.644	6.710
Constituição	-	214	3.461	3.675	4.302
Reversão/Liquidação	(175)	(380)	(2.665)	(3.220)	(1.368)
Saldo Final	56	1.378	8.665	10.099	9.644

c) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis

Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	31/12/2017				Consolidado	31/12/2016
	Banco	Corretora	FAR	Seguradora		
Fiscais (a) (b)	2.959	6.350	-	845	10.154	56.707
Cíveis	21	6.469	-	251	6.741	6.749
Trabalhistas	6.174	10.650	170	12	17.006	16.926
Total	9.154	23.469	170	1.108	33.901	80.382

(a) A Corretora discute administrativamente a incidência de: PIS e COFINS no processo de IPO da CETIP; multas aplicadas pela SRF por não entrega de informações sobre a CPMF no prazo; ISS sobre corretagens e outras contingências. O valor em risco em 31/12/2017 é de R\$ 6.350 (R\$ 42.337 em 31/12/2016) (Nota 17d). Em 12/12/2016, foi publicada decisão monocrática na qual o Ministro Relator não conheceu do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no processo de PIS e COFINS relativo a dedução das despesas incorridas com seus agentes na intermediação de operações financeiras, no valor de R\$ 15.002.

(b) A Seguradora questiona a incidência de IRPJ e CSLL e PIS e COFINS sobre variações monetárias ativas de depósitos judiciais e de INSS sobre valores pagos através de cartões de incentivo.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

d) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

Em 31/05/2017, a Administração da Corretora, optou por incluir no Programa de Regularização Tributária (PRT), regulamentado pela IN RFB nº 1.687/17, os débitos que tratavam da incidência de PIS e COFINS sobre a venda de bens do Ativo Permanente no processo de Desmutualização das Bolsas de Valores, optando pelo pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada no total de R\$ 4.653, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL no valor de R\$ 18.610.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 5.161.402 ações, divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de Dividendos

O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor.

Em AGE de 11/09/2017 e AGE de 30/11/2017, foram deliberadas distribuição de dividendos no montante de R\$ 1.500 e R\$ 22.000, respectivamente.

Em AGE de 24/02/2016 e AGE de 15/04/2016, foram deliberadas distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.000 e R\$ 2.300, respectivamente.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DO RESULTADO

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
a) Receitas de Prestação de Serviços	22.243	18.041	38.336	37.469
Rendas de Assessoria Técnica	12.167	9.720	12.167	9.720
Rendas de Administração de Fundos de Investimento	5.298	4.628	14.994	14.157
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	2.917	2.436	3.078	2.812
Rendas de Garantias Prestadas	56	819	56	819
Rendas de Serviços de Custódia	4	3	1.545	1.884
Rendas de Corretagens de Operações em Bolsas	-	-	4.691	7.595
Rendas de Outros Serviços	1.801	435	1.805	482
b) Prêmios de Seguros	-	-	157.891	153.969
Garantia Segurado - Setor Público	-	-	42.443	15.045
DPVAT	-	-	31.912	47.008
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	26.301	15.994
Riscos de Engenharia	-	-	24.087	22.426
Garantia Segurado - Setor Privado	-	-	11.053	33.542
Receita com Emissão de Apólices	-	-	2.840	2.797
Garantia Obrigações - Públicas	-	-	1.062	1.122
Garantia Judicial	-	-	28	116
Responsabilidade Civil - D&O	-	-	-	9.168
Garantia Obrigações - Privadas	-	-	-	230
Outros Ramos	-	-	18.165	6.521
c) Outras Despesas Administrativas	23.231	16.013	48.978	43.128
Serviços Técnicos Especializados	7.128	2.874	12.743	6.172
Processamento de Dados	4.537	2.423	8.503	5.924
Serviços do Sistema Financeiro	3.719	3.922	8.463	11.338
Aluguéis	1.736	1.684	4.302	4.102
Comunicações	801	793	1.843	2.704
Viagens	611	257	1.052	654
Condomínio	498	458	1.246	1.159
Serviços de Terceiros	328	322	1.860	2.007
Promoções e Relações Públicas	323	208	798	519
Associações/Entidades de Classe	297	350	488	596
Manutenção e Conservação de Bens	293	322	532	799
Publicações	204	179	916	892
Transportes	189	176	367	335
Água, Energia e Gás	180	249	453	596
Propaganda e Publicidade	10	144	74	258
Outras Despesas Administrativas	2.377	1.652	5.338	5.073
d) Outras Receitas Operacionais	2.012	2.232	9.318	10.510
Variações Monetárias Ativas/Cambiais	1.516	1.043	4.052	2.592
Atualização de Depósitos Judiciais	291	-	1.055	1.146
Recuperação de Encargos e Despesas	42	116	349	199
Outras	163	1.073	3.862	6.573
e) Outras Despesas Operacionais	2.521	443	20.962	18.430
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	1.755	-	1.755	-
Variações Monetárias Passivas/Cambiais	338	149	10.065	10.834
Contingências/Garantias Financeiras Prestadas	51	27	224	319
Convênio DPVAT	-	-	3.457	3.656
Outras	377	267	5.461	3.621

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Empresas Controladas e Ligadas

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas basicamente por:

Operações/Partes Relacionadas	Banco				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Rendas a Receber	-	-	5.200	-	-	-	-	-
Fator Seguradora S.A.	-	-	5.200	-	-	-	-	-
Depósitos à Vista	(996)	-	(961)	-	(28)	-	(131)	-
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(35)	-	(242)	-	-	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	(933)	-	(588)	-	-	-	-	-
Ligadas - Não Financeiras	(28)	-	(131)	-	(28)	-	(131)	-
Depósitos Interfinanceiros	-	(269)	-	(257)	-	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	-	(269)	-	(257)	-	-	-	-
Depósitos a Prazo	(4.987)	(214)	(992)	(277)	(3.514)	(54)	(490)	(226)
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(1.473)	(160)	(502)	(51)	-	-	-	-
Ligadas - Não Financeiras	(3.514)	(54)	(490)	(226)	(3.514)	(54)	(490)	(226)
Captações no Mercado Aberto	(11.044)	(1.017)	(1.811)	(805)	-	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	(11.044)	(1.017)	(1.811)	(805)	-	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	341	-	395	-	-	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	341	-	395	-	-	-	-	-
Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas	(461)	21.507	2.916	23.409	39	1.721	270	1.585
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(48)	10.306	1.560	8.513	-	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	(614)	7.482	836	10.353	-	-	-	-
Fator Seguradora S.A.	162	1.998	250	2.958	-	-	-	-
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	39	1.721	270	1.585	39	1.721	270	1.585

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período foram de R\$ 2.216 (R\$ 6.980 em 31/12/2016) para o Banco e de R\$ 10.235 (R\$ 14.779 em 31/12/2016) para o Consolidado, são considerados benefícios de curto prazo.

21. RECURSOS DE TERCEIROS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO

Os recursos de terceiros sob administração/gestão do Conglomerado Fator totalizam R\$ 4.950.243 (R\$ 4.751.393 em 31/12/2016).

22. BENEFICIÁRIOS DE GARANTIAS PRESTADAS

Tipo de Garantia:	Banco/Consolidado		Banco/Consolidado	
	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor da Operação	Valor da Provisão	Valor da Operação	Valor da Provisão
Fiança Pessoas Físicas	-	-	5.500	153
Fiança Pessoas Jurídicas	1.000	10	1.000	5
Total	1.000	10	6.500	158

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Fator estabeleceu políticas e procedimentos e implantou modelos e sistemas de gestão de riscos e de capital capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando uma visão dos riscos incorridos ao Conselho de Administração, a Presidência e a Diretoria Executiva, que estão cientes de suas responsabilidades sobre as informações aqui divulgadas e com relação à estrutura de gerenciamento de riscos e de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital está disponibilizada no site do Banco:

(http://www.fator.com.br/bem_vindo/quem_somos/risco_compliance/gestao_riscos.html).

a) Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito.

O modelo utilizado pelo Banco esta aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.721/09 do CMN e alterações posteriores.

b) Risco de Mercado

O monitoramento diário do risco de mercado do Banco é efetuado com utilização de duas medidas estatísticas, a saber:

1) Valor a Risco (VaR) paramétrico com intervalo de confiança de 99% e horizonte de tempo de 01 dia, modelo estatístico que utiliza a análise dos dados históricos normalizando a distribuição dos retornos de forma a estimar a perda financeira possível em um dia de mercado para 99% dos casos.

2) Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Os cenários de estresse utilizados para apuração dos choques são estimados com base naqueles divulgados diariamente pela B3. Esta abordagem tem por objetivo preservar o patrimônio do Banco em situações de mercado consideradas atípicas.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.464/07 do CMN e alterações posteriores.

c) Risco de Liquidez

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

O monitoramento do risco de liquidez visa mitigar a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O processo de gestão deste risco é efetuado diariamente através do monitoramento do limite de caixa mínimo e do fluxo de caixa projetado através de relatório específico, onde são avaliados os ativos e passivos do Banco para os próximos 252 dias úteis, levando-se em conta 5 cenários de liquidez com premissas diferentes.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12 do CMN e alterações posteriores.

d) Risco Operacional

A gestão do risco operacional visa mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, sanções e, ou indenizações por danos decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo para o gerenciamento do risco operacional pelo enfoque quantitativo consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna com suas respectivas causas e planos de ação. Permite a análise das perdas incorridas pelo enfoque qualitativo, possibilitando avaliar os riscos e a efetividade dos controles internos, visando à redução de perdas e à melhoria operacional do negócio.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.380/06 do CMN e alterações posteriores.

e) Risco de Seguros

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros seja maior do que o estimado.

Risco de seguros é o risco em que o tomador ou segurado transfere para a Seguradora, o risco de ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global de prêmios recebidos.

São controlados através de políticas que estabelecem procedimentos, observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

f) Gestão de Capital

A gestão de capital tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

A política de gestão de capital bem como o plano de capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.988/11 do CMN e alterações posteriores.

24. LIMITES OPERACIONAIS

O índice de Basileia, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.193/13 do CMN e alterações posteriores, está representado conforme abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Risco de Crédito (RWAcpad)	32.251	58.366
Risco de Moedas (RWAcam)	3.906	1.261
Risco de Taxa de Juros (RWApjur)	7.557	8.156
Risco de Ações (RWAacs)	1.702	223
Risco Operacional (RWAopad)	6.082	6.470
Risco de Mercadorias (RWacom)	175	84
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	51.673	74.560
Patrimônio Líquido	279.175	339.457
Ajustes Prudenciais	(161.087)	(125.400)
Patrimônio de Referência - PR	118.088	214.057
Índice de Basileia	21,14%	28,35%
Rban	16.238	30.079

A Seguradora apresenta plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado, ao utilizar os critérios definidos pela Resolução nº 321/15 do CNSP e alterações posteriores. Em 31/12/2017 a Suficiência de Capital no valor de R\$ 159.538 (R\$ 166.275 em 31/12/2016) representava 611,63% (517,25% em 31/12/2016) da Exigência de Capital.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

A DIRETORIA

CARLOS AUGUSTO SENNA DE ALMEIDA

Contador - CRC 1RJ - 079955/O-6 "S" - SP

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Fator zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No período foram realizadas reuniões de trabalho com diferentes áreas do Conglomerado Fator nas quais estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes de Risco e Compliance, Auditoria Interna, Auditoria Independente, Ouvidoria, Contabilidade, Risco Operacional e de outras Áreas Corporativas.

Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Conglomerado Fator são adequados e suficientes.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, das instituições que integram o Conglomerado Fator foram analisadas e devidamente aprovadas pelo Comitê de Auditoria.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Fator S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Fator S.A. ("Banco") e controladas ("Consolidado"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Banco) e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Fator S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de introdução do relatório de auditoria intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fabício Aparecido Pimenta

Contador - CRC nº 1 SP 241659/O-9







fator corretora

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **2017**

PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Fator S.A. Corretora de Valores, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2017 e de 2016.

A Diretoria



FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		41.674	42.337
Disponibilidades	3a e 4	1.107	903
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3a, 3b, 4, 5 e 13	11.044	1.811
Aplicações no Mercado Aberto		11.044	1.811
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3c e 6	22.355	32.296
Carteira Própria		1.272	5.086
Vinculados à Prestação de Garantias		21.083	27.210
Outros Créditos	7	7.121	7.249
Rendas a Receber		442	668
Negociação e Intermediação de Valores	3d	5.175	3.193
Diversos		1.504	3.388
Outros Valores e Bens		47	78
Despesas Antecipadas		47	78
Realizável a Longo Prazo		20.652	20.199
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3c e 6	7.256	5.795
Carteira Própria		7.256	5.795
Outros Créditos	7	13.396	14.358
Negociação e Intermediação de Valores	3d	9	132
Diversos		13.387	14.226
Permanente		1.039	1.649
Investimentos	3e	1	1
Outros Investimentos		1	1
Imobilizado de Uso	3f	1.023	1.627
Outras Imobilizações de Uso		9.094	9.653
(Depreciações Acumuladas)		(8.071)	(8.026)
Intangível	3g	15	21
Ativos Intangíveis		64	47
(Amortização Acumulada)		(49)	(26)
Total do Ativo		<u>63.365</u>	<u>64.185</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais)

Passivo	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		42.753	29.541
Outras Obrigações	9	42.753	29.541
Fiscais e Previdenciárias	3i	1.946	1.890
Negociação e Intermediação de Valores	3d	36.244	24.711
Diversas		4.563	2.940
Exigível a Longo Prazo		9.266	8.506
Outras Obrigações	9	9.266	8.506
Diversas		9.266	8.506
Patrimônio Líquido	11	11.346	26.138
Capital - De Domiciliados no País		95.453	95.453
Ajustes de Avaliação Patrimonial		618	-
Prejuízos Acumulados		(84.725)	(69.315)
Total do Passivo		<u>63.365</u>	<u>64.185</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em Milhares de Reais)

		01/07 a	01/01 a	01/01 a
	Notas	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Receitas da Intermediação Financeira		2.174	5.766	9.781
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	2.126	5.677	9.463
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		48	89	318
Despesas da Intermediação Financeira		(59)	(59)	-
Operações de Captação no Mercado		(59)	(59)	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.115	5.707	9.781
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(11.897)	(26.092)	(24.149)
Receitas de Prestação de Serviços	12a	4.300	8.909	12.575
Despesas de Pessoal		(7.016)	(15.566)	(19.361)
Outras Despesas Administrativas	12b	(8.464)	(14.050)	(16.392)
Despesas Tributárias	10d	(630)	(5.987)	(1.922)
Outras Receitas Operacionais	12c	770	1.640	1.416
Outras Despesas Operacionais	12d	(857)	(1.038)	(465)
Resultado Operacional		(9.782)	(20.385)	(14.368)
Resultado Não Operacional		2	(25)	(229)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(9.780)	(20.410)	(14.597)
Prejuízo		(9.780)	(20.410)	(14.597)
Prejuízo por Ação - R\$		(12,04)	(25,13)	(17,97)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 11)

(Em Milhares de Reais)

	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.453	-	(54.718)	40.735
Prejuízo	-	-	(14.597)	(14.597)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.453	-	(69.315)	26.138
Mutações do Período	-	-	(14.597)	(14.597)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.453	-	(69.315)	26.138
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	618	-	618
Absorção de Prejuízo - AGE 31/05/2017	-	-	5.000	5.000
Prejuízo	-	-	(20.410)	(20.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	95.453	618	(84.725)	11.346
Mutações do Período	-	618	(15.410)	(14.792)
Saldos em 30 de junho de 2017	95.453	-	(74.945)	20.508
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	618	-	618
Prejuízo	-	-	(9.780)	(9.780)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	95.453	618	(84.725)	11.346
Mutações do Período	-	618	(9.780)	(9.162)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Milhares de Reais)

	01/07 a	01/01 a	01/01 a
Notas	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	(8.282)	(18.871)	(10.235)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(9.780)	(20.410)	(14.597)
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo):	1.498	1.539	4.362
Provisão/Reversão para Passivos Contingentes	1.224	916	3.266
Depreciações e Amortizações	274	593	861
Resultado na Alienação de Imobilizado	-	30	(9)
Outros	-	-	244
Varição de Ativos e Passivos	14.533	23.321	7.242
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	4.463	9.098	18.741
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(3.217)	1.090	43.833
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	33	77	424
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	13.254	13.056	(55.756)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais	6.251	4.450	(2.993)
Alienação de Investimentos	-	-	173
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3)	(6)	-
Alienação de Imobilizado de Uso	-	10	-
Aquisição de Intangível	-	(17)	(18)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento	(3)	(13)	155
Absorção de Prejuízo	11c	-	5.000
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento	-	5.000	-
Aumento/(Redução) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	3a e 4	6.248	9.437
Início do Período	5.903	2.714	5.552
Final do Período	12.151	12.151	2.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fator S.A. Corretora de Valores (Corretora) está organizada sob a forma de corretora de valores, tendo por objeto a prática de todas as operações permitidas às sociedades corretoras de valores mobiliários.

As operações são conduzidas integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm coparticipação ou intermediação de instituições associadas ao Conglomerado Fator.

A Corretora tem apresentado prejuízos operacionais recorrentes, substancialmente representados por despesas administrativas, que vêm sendo suportados com recursos financeiros adicionais supridos pelos seus acionistas à medida que são requeridos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2017 e de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 22 de março de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração:

Títulos para Negociação: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários;

Títulos Mantidos até o Vencimento: São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Negociação e Intermediação de Valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. As taxas, emolumentos e corretagens são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

e) Investimentos

São registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado de Uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

g) Intangível

É constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, amortizados pelo prazo de licença dos softwares.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - "Impairment"

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por "Impairment", quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do CMN.

Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por "impairment".

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos Contingentes: Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

Passivos Contingentes: São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos e Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a CSLL pela alíquota de 20%. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

k) Receitas e Despesas

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	1.107	903
Aplicações no Mercado Aberto	11.044	1.811
Total	12.151	2.714

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2017		31/12/2016
	Até 90 dias	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	11.044	11.044	1.811
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	1.811
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	11.044	11.044	-
Total	11.044	11.044	1.811

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

	Vinculados à		Total	Total
	Carteira Própria	Prestação de Garantias		
Títulos para Negociação	1.272	6.943	8.215	32.296
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	1.272	6.943	8.215	32.293
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a)	-	-	-	3
Títulos Disponíveis para Venda	7.256	14.140	21.396	-
Certificados de Depósito Bancário (b) (c)	7.256	-	7.256	-
Quotas de Fundos de Investimento (a)	-	14.140	14.140	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	5.795
Certificados de Depósito Bancário (b) (c)	-	-	-	5.795
Total	8.528	21.083	29.611	38.091

(a) Custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e BM&FBOVESPA (em garantia de operações);

(b) Custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP);

(c) Em 31/12/2017, foi efetuada a transferência de Certificados de Depósito Bancário da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda" no montante de R\$ 7.256, com efeito da marcação a mercado no PL no montante de R\$ 618.

b) Classificação da Carteira por Categorias e Prazos

	31/12/2017			31/12/2016	
	Sem Vencimento	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Títulos para Negociação	-	3.249	4.966	8.215	32.296
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	3.249	4.966	8.215	32.293
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	3
Títulos Disponíveis para Venda	14.140	-	7.256	21.396	-
Certificados de Depósito Bancário	-	-	7.256	7.256	-
Quotas de Fundos de Investimento	14.140	-	-	14.140	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	-	5.795
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	-	5.795
Total	14.140	3.249	12.222	29.611	38.091

A Corretora adota metodologia de mensuração desenvolvida internamente, para operações que não possuem cotação, com base em informações e premissas de mercado.

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, não existia posição em aberto no mercado de derivativos.

7. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber	442	668
Comissões e Corretagens a Receber	-	216
Outras Rendas a Receber	442	452
Negociação e Intermediação de Valores	5.184	3.325
Caixas de Registro e Liquidação	1.619	863
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	3.556	331
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	-	1.379
Operações de Intermediação de Swap	9	752
Diversos	14.891	17.614
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	12.463	15.873
Impostos e Contribuições a Compensar	876	1.318
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 13a)	1.503	307
Devedores Diversos - País	49	116
Total	20.517	21.607
Curto Prazo	7.121	7.249
Longo Prazo	13.396	14.358

(a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais relativos ao ISS incidente sobre corretagens de operações na BM&F, multas aplicadas pela SRF por não entrega de informações sobre a CPMF no prazo, IRPJ e CSLL sobre diferença IPC90, discussão de prazo prescricional na compensação de PIS e COFINS, as ações dos referidos depósitos estão sendo questionadas judicialmente.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	IRPJ	CSLL	IRPJ/CSLL
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(20.410)	(20.410)	(14.597)
Adições Temporárias	4.292	4.292	3.609
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	27	27	217
Provisão para Contingências	1.011	1.011	3.266
Outras Adições Temporárias	3.254	3.254	126
Adições Permanentes	1.124	1.100	417
Outras Adições Permanentes	1.124	1.100	417
Exclusões Temporárias	(336)	(336)	(5.703)
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	(85)	(85)	(284)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(251)	(251)	-
Outras Exclusões Temporárias	-	-	(5.419)
Exclusões Permanentes	(100)	(100)	-
Outras Exclusões Permanentes	(100)	(100)	-
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.430)	(15.454)	(16.274)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-

b) Demonstração dos Créditos Tributários

Em 31/12/2017, existiam créditos tributários não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 16.156 (R\$ 25.213 em 31/12/2016). Os benefícios do IRPJ e CSLL serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores (Nota 10d).

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2017	31/12/2016
Fiscais e Previdenciárias	1.946	1.890
Impostos e Contribuições a Recolher	1.946	1.890
Negociação e Intermediação de Valores	36.244	24.711
Caixas de Registro e Liquidação	281	307
Comissões e Corretagens a Pagar	23	96
Credores - Conta Liquidações Pendentes	35.940	24.308
Diversas	13.829	11.446
Provisão para Pagamentos a Efetuar	420	431
Provisão para Contingências (Nota 10b)	9.266	8.506
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 13a)	814	997
Credores Diversos - País	3.329	1.512
Total	52.019	38.047
Curto Prazo	42.753	29.541
Longo Prazo	9.266	8.506

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes: Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a Corretora não possuía ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis e Obrigações Legais: As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e totalizam R\$ 9.266 (R\$ 8.506 em 31/12/2016) (Nota 9) e estão representadas por:

Ações Cíveis: Referem-se a ações de caráter indenizatório no valor de R\$ 959 (R\$ 1.036 em 31/12/2016);

Ações Trabalhistas: São provisionadas levando-se em consideração o histórico de perdas com esses processos. A provisão constituída é de R\$ 8.307 (R\$ 7.470 em 31/12/2016).

Composição e Movimentação das Provisões

	Cíveis	Trabalhistas	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	1.036	7.470	8.506	5.240
Constituição	174	3.447	3.621	4.028
Reversão/Liquidação	(251)	(2.610)	(2.861)	(762)
Saldo Final	959	8.307	9.266	8.506

c) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis: Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

Ações Fiscais: A Corretora discute administrativamente a incidência de: PIS e COFINS no processo de IPO da CETIP; multas aplicadas pela SRF por não entrega de informações sobre a CPMF no prazo; ISS sobre corretagens e outras contingências. O valor em risco em 31/12/2017 é de R\$ 6.350 (R\$ 42.337 em 31/12/2016).

Em 12/12/2016, foi publicada decisão monocrática na qual o Ministro Relator não conheceu do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no processo de PIS e COFINS relativo à dedução das despesas incorridas com seus agentes na intermediação de operações financeiras, no valor de R\$ 15.002 (Nota 10d).

Ações Cíveis: Referem-se a ações de caráter indenizatório. O valor em risco em 31/12/2017 é de R\$ 6.469 (R\$ 6.503 em 31/12/2016);

Ações Trabalhistas: O valor em risco em 31/12/2017 é de R\$ 10.650 (R\$ 12.194 em 31/12/2016).

d) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Em 31/05/2017, a Administração da Corretora, optou por incluir no Programa de Regularização Tributária (PRT), regulamentado pela IN RFB nº 1.687/17, os débitos que tratavam da incidência de PIS e COFINS sobre a venda de bens do Ativo Permanente no processo de Desmutualização das Bolsas de Valores, optando pelo pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada no total de R\$ 4.653, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL no valor de R\$ 18.610.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 812.188 ações nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de Dividendos: O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor.

c) Prejuízos Acumulados: Em AGE de 31/05/2017, foi deliberada a absorção de parte dos prejuízos acumulados pelo único acionista no montante de R\$ 5.000.

Em 31/12/2017, o prejuízo acumulado de R\$ 84.725 (R\$ 69.315 em 31/12/2016) permaneceu registrado na rubrica de Prejuízos Acumulados.

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DO RESULTADO

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
a) Receitas de Prestação de Serviços	8.909	12.575
Rendas de Corretagens de Operações em Bolsas	4.691	7.595
Rendas de Administração de Fundos de Investimento	2.512	2.676
Rendas de Serviços de Custódia	1.541	1.881
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	160	376
Rendas de Outros Serviços	5	47
b) Outras Despesas Administrativas	14.050	16.392
Serviços Técnicos Especializados	4.275	1.822
Serviços do Sistema Financeiro	3.441	6.513
Processamento de Dados	1.600	1.848
Aluguéis	1.395	1.284
Depreciações e Amortizações	593	861
Comunicações	444	1.171
Condomínio	424	348
Água, Energia e Gás	161	195
Serviços de Terceiros	141	238
Publicações	114	222
Manutenção e Conservação de Bens	83	289
Emolumentos Judiciais e Cartorários	43	185
Promoções e Relações Públicas	9	67
Outras	1.327	1.349
c) Outras Receitas Operacionais	1.640	1.416
Atualização de Depósitos Judiciais	764	1.146
Reversão de Provisões para Passivos Contingentes	251	-
Recuperação de Encargos e Despesas	138	84
Variações Monetárias Ativas	107	80
Outras Receitas Operacionais	380	106
d) Outras Despesas Operacionais	1.038	465
Tributos Federais	664	-
Contingências	174	292
Variações Monetárias Passivas	60	68
Outras Despesas Operacionais	140	105

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Empresas Ligadas

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas basicamente por:

Operações/Partes Relacionadas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	933	-	588	-
Banco Fator S.A.	933	-	588	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.044	1.017	1.811	1.062
Banco Fator S.A.	11.044	1.017	1.811	1.062
Negociação e Intermediação de Valores	(341)	-	(395)	-
Banco Fator S.A.	(341)	-	(395)	-
Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas	689	(6.600)	(690)	(9.332)
Banco Fator S.A.	614	(7.482)	(836)	(10.353)
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	3	49	8	33
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	50	553	107	611
Fator Seguradora S.A.	22	280	31	377

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração: Os honorários atribuídos no período foram de R\$ 820 (R\$ 2.676 em 31/12/2016), são considerados benefícios de curto prazo.

14. RECURSOS DE TERCEIROS ADMINISTRADOS

Os recursos de terceiros administrados pela Corretora totalizam R\$ 75.903 em 31/12/2016.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Corretora, por intermédio da instituição líder Banco Fator S.A. aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções nº 3.380/06 e nº 3.464/07 do CMN e alterações posteriores. As descrições dessas estruturas de gerenciamento de riscos estão disponibilizadas no site da Instituição Líder: (http://www.fator.com.br/bem_vindo/quem_somos/risco_compliance/gestao_riscos.html).

16. LIMITES OPERACIONAIS

A Corretora apura seus limites operacionais de maneira consolidada em atendimento à Resolução nº 2.283/96 do CMN e alterações posteriores, por intermédio da instituição líder Banco Fator S.A..

O índice de Basileia para o conglomerado em 31/12/2017 é de 21,14% (28,35% em 31/12/2016).

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

A DIRETORIA

CARLOS AUGUSTO SENNA DE ALMEIDA

Contador - CRC 1RJ - 079955/O-6 "S" - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Fator S.A. Corretora de Valores
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fator S.A. Corretora de Valores ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fator S.A. Corretora de Valores, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fabício Aparecido Pimenta

Contador - CRC nº 1 SP 241659/O-9



